

Carga Pesada

*Economia
Brasil*

A desconfiança que o descontrole das contas públicas inspirou no mercado financeiro internacional após o calote da dívida interna russa gerou quadro particularmente difícil para a empresa privada brasileira. Ela está sendo pulverizada entre os custos insuportáveis do setor público e o avanço das empresas competitivas de capital estrangeiro no Brasil.

Mesmo colhido pela falta de crédito, o setor público – a causa básica do problema brasileiro – tem meios de se sustentar. As empresas multinacionais, de atuação globalizada, ainda que encarem a situação com receio, têm fôlego (e capital) para enfrentar as agruras da conjuntura. Podem esperar momento propício para entrar no país, via privatização ou a compra de empresas privadas na bacia das almas.

O governo está às voltas com enormes problemas. Precisa estancar com urgência a sangria de dólares do país mediante ações fortes no campo fiscal, que envolvem delicadas negociações no Congresso e junto aos governadores e prefeitos, além do Judiciário. Também precisa estimular as exportações, atingidas pela retração da demanda na economia mundial a partir dos reflexos da recessão dos países asiáticos.

Entretanto, a preservação do espaço do financiamento ao setor privado tem de ser tratada com muito carinho porque nem o BNDES, sozinho, pode atender às necessidades de financiamento das empresas. Se o Estado não entrar urgente num *spa* fiscal o setor privado vai demorar a recuperar a capacidade de levantar recursos no Brasil e no exterior para investir e gerar os empregos necessários ao país.

É fundamental estabelecer a premissa: se a empresa privada brasileiro teve interrompida sua trajetória de crescimento que a colocava como carro-chefe da economia, a saída para evitar que o país mergulhe em crise ainda mais aguda não é o Esta-

do tentar se financiar mediante o aumento dos juros ou pelo repasse da conta do seu excesso de gastos em relação à receita para o setor privado.

O aumento das alíquotas ou do número de impostos não conduz à maior arrecadação. Ao contrário, verifica-se duplo efeito negativo. Nas atividades econômicas que honram suas obrigações fiscais e encargos sociais, o aumento da carga fiscal costuma provocar o efeito contracionista nas atividades. O que contribui para murchar a arrecadação. Já nas empresas que há muito optaram pelo atalho da informalidade ou da sonegação, para escapar à sanha fiscal, a trilha acaba congestionada pelo ingresso de novas empresas na ilegalidade.

A sociedade precisa se unir na defesa cerrada do rigor e da austeridade nos gastos públicos. Os encargos e contribuições ao Estado devem ser redistribuídos para ficar à altura da capacidade contributiva do povo brasileiro. Em vez da idéia fixa dos governadores e prefeitos de corrigir o excesso de gastos mediante a elevação da carga fiscal, é preciso a coragem de cortar despesas e as alíquotas dos impostos para melhor repartir a carga fiscal entre mais contribuintes.

O contribuinte sabe que o efeito do aumento da transferência de recursos do setor privado para cobrir os rombos do governo à custa do seu bolso é o desaquecimento econômico e o desemprego. A tradição perdulária e paternalista do Estado brasileiro ensina: mais dinheiro na mão multiplica a tentação do gasto que amplia o rombo orçamentário.

É preciso dar um basta. Quem tem de apertar o cinto não é a sociedade ou o setor privado. A hora do sacrifício é do Estado. O atraso nas reformas do setor público agravou o descontrole fiscal, que vem prejudicando toda a economia. Como representante da sociedade, cabe ao Congresso fazer esse difícil parto que vai preparar o Brasil para o Século 21, escolhendo o que deve ser cortado para evitar mais sacrifícios.